

Economistas temem queda do governo

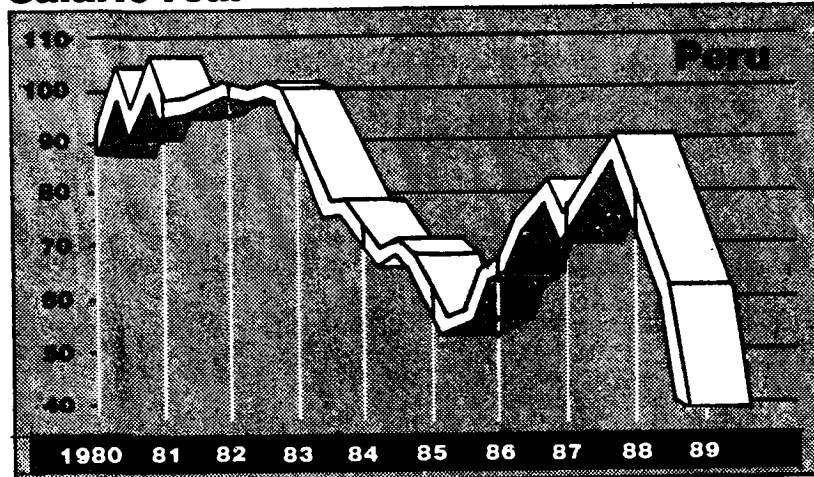
A euforia com o modelo populista identificado por Dornbusch e Edwards na administração de Alan García, no Peru, durou dois anos, a partir da posse do jovem presidente no dia 28 de julho de 1985. Logo veio a crise, ainda inacabada, que o estudo dos dois economistas definem como um período de "quebra e quase hiperinflação". A queda do governo, como ocorreu no Chile, é uma das possibilidades no horizonte peruano, segundo os autores, que admitem também outras duas alternativas: um programa draconiano de estabilização ou um mais gradual que dependeria de ajuda externa.

Os autores recordam que Alan García encontrou o país com uma inflação anualizada de 250%, enorme capacidade ociosa na economia e salários reais encolhidos, tudo isso resultante da tentativa do presidente anterior, Belaúnde Terry, de enfrentar a crise da dívida externa. A resposta do governo García foi "um projeto populista de expansão intitulado Crescimento com Redistribuição, enfatizando a recuperação econômica combinada com desinflação".

O programa se baseava em três pontos: a desigual distribuição de renda (1% dos peruanos recebe quase a metade da renda nacional), a capacidade ociosa da economia (a produção nacional poderia ser muito maior, se estimulada) e a ineficácia do programa recomendado pelo FMI — contraposta ao sucesso que conseguiam naquela época os programas heterodoxos da Argentina e de Israel.

Entre as premissas básicas do programa, os dois economistas apontam: a primazia do mercado interno sobre o externo; a necessidade de redistribuir a riqueza como forma de estimular o crescimento; a rentabilidade das empre-

Salário real



sas não aumentaria através da ampliação das margens de lucro, mas sim do crescimento das vendas; seria um erro falar de excesso de demanda quando havia capacidade de produção ociosa no país; o déficit fiscal não é necessariamente inflacionário; aumentar a expansão monetária e a disponibilidade ajuda o crescimento; taxas de juros elevadas não aumentam a poupança, pois ela depende fundamentalmente das rendas; depreciação da taxa cambial não se constitui em um meio efetivo de equilibrar as contas externas, portanto é preciso evitar desvalorizações.

Reversão — Em termos de curto prazo, o programa teve um "imenso sucesso", segundo os autores do estudo: a inflação caiu fortemente (de 188% para 75% em 87); no último trimestre de 87, os salários subiram 52%, em termos reais; a economia cresceu 9,5% em 86 e 6,7% em 87; os investimentos privados aumentaram 24% em 86 e 18,6% em 87. Tudo parecia ir às mil maravilhas, até que a situação começou a mudar em julho de 87, depois que o governo expropriou os bancos.

A inflação, que, naquele ano, já tinha alcançado 115%, explodiu em 88, quando em março a taxa anualizada já chegava a 1.000%. De dezembro a dezembro, passava de 1.722%, embora a

projeção da inflação daquele mês de 88 já fosse maior que 6.000%. A arrecadação tributária desabou dos 13,5% do PIB, em 85, para 7,5% em 88. Com isso, o déficit do setor público disparou e as reservas internacionais despencaram.

Alternativas — Como a experiência ainda não terminou, Dornbusch e Edwards vislumbram três possibilidades para o futuro imediato do Peru. A primeira seria a adoção de um programa draconiano de estabilização. Para isso teria que haver um drástico aumento real na arrecadação tributária, unificação e desvalorização da taxa de câmbio e realinhamento de preços. A segunda alternativa contempla uma estabilização gradual, que dependeria de ajuda externa, além da decisão dos credores de reduzir drasticamente a dívida peruana.

A terceira e mais dramática alternativa que os dois economistas vêem no horizonte do Peru é "a gradual, mas acelerada, desintegração da economia peruana", em meio a um programa de indexação para enfrentar as elevadas taxas de inflação. Este processo de desintegração é o que parece estar ocorrendo e os autores do estudo dizem que, "em algum lugar nesse processo, o governo poderia cair". (R.C.A.)